

## **Doutoramento em Estudos Medievais (*e-learning*)** **(3.º ciclo)**

### **1. Fixação de Vagas**

- 1.1. N.º total de vagas: 25**
- 1.2. N.º total de vagas para a 1.ª fase: 12**
- 1.3. N.º total de vagas para a 2.ª fase: 13\***

\*A este número serão acrescentadas as vagas sobrantes da 1.ª fase, se as houver.

### **2. Requisitos de admissão à Candidatura**

São admitidos como candidatos à inscrição:

- a) Os titulares do grau de mestre ou de uma qualificação académica estrangeira equivalente devidamente reconhecida;
- b) Os titulares de grau de licenciado ou de uma qualificação académica estrangeira equivalente devidamente reconhecida, detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos;
- c) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional que seja reconhecido como atestando capacidades para a realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos.

### **3. Critérios de Seleção e Seriação**

Os candidatos são seriados de acordo com a pontuação obtida no processo de seleção, baseada no mérito individual. Consideram-se os seguintes critérios:

#### **3.1. Candidatos detentores do grau de Mestre:**

- a) Classificações/notas académicas de mestrado ou equivalente legal: 35%.
- b) Classificações/notas académicas de licenciatura ou equivalente legal: 15%.
- c) *Curriculum vitae* académico, científico e profissional (valorizadas a formação pós-graduada, as publicações, a participação em projetos, os conhecimentos de línguas e a abrangência da experiência profissional): 30%.
- d) Carta de motivação (escrita em português, inglês, francês ou castelhano), detalhando as razões pelas quais deseja seguir o programa de estudos e uma proposta minimamente fundamentada do tema que gostaria de desenvolver na sua tese (breve contextualização do tema, da questão de investigação e porque considera importante estudá-la): 20%.

#### **3.2. Candidatos não detentores do grau de Mestre (ou com o grau sem classificação expressa):**

- a) Classificações/notas académicas de licenciatura ou equivalente legal: 40%.
- b) *Curriculum vitae* académico, científico e profissional (valorizadas a formação pós-graduada, as publicações, a participação em projetos, os conhecimentos de línguas e a abrangência da experiência profissional): 40%.
- c) Carta de motivação (escrita em português, inglês, francês ou castelhano), detalhando as razões pelas quais deseja seguir o programa de estudos e uma proposta minimamente fundamentada do tema que gostaria de desenvolver na sua tese (breve contextualização do tema, da questão de investigação e porque considera importante estudá-la): 20%.

### 3.3. Candidatos não detentores dos graus de Mestre e de Licenciado:

- a) *Curriculum vitae* académico, científico e profissional (valorizadas a abrangência da experiência profissional e o contributo do conhecimento adquirido nessa experiência para o desenvolvimento do projeto de doutoramento, publicações, a participação em projetos, os conhecimentos de línguas): 80%.
- b) Carta de motivação, detalhando as razões pelas quais deseja seguir o programa de estudos e uma proposta minimamente fundamentada do tema que gostaria de desenvolver na sua tese (breve contextualização do tema, da questão de investigação e porque considera importante estudá-la): 20%.

Nota: O júri reserva-se o direito de convocar os candidatos para uma entrevista, destinada a esclarecer dúvidas ou a precisar os aspetos da candidatura que o júri considerar relevantes, para a classificação mais fundamentada dos parâmetros a avaliar.

**A classificação mínima resultante da aplicação dos critérios e das ponderações anteriores é de 14 valores.**

### 4. Composição do Júri de Seleção

**Presidente:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria João Branco

**Vogais:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Barros Dias / Prof. Doutor Carlos Carreto

**Vogais suplentes:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Adelaide Millán Costa / Prof. Doutor João Luís Fontes

### 5. Processo de candidatura

**5.1. Apresentação das candidaturas:** <https://infoestudante.fcsh.unl.pt>

#### **5.2. A candidatura deve ser instruída, obrigatoriamente, com os seguintes elementos:**

- a) Documentos comprovativos de que o candidato reúne as condições acima referidas, nomeadamente com indicação da média final de Mestrado e/ou Licenciatura. No caso em que não for possível apresentar no momento da candidatura o comprovativo dos graus acima referidos, deverá submeter-se certificado de habilitações ou ficha curricular, com indicação de ter concluído a parte curricular do Mestrado e com informação da média obtida, bem como declaração de honra com informação relativa à fase em que se encontra a componente não letiva;
- b) *Curriculum vitae* atualizado, incluindo os trabalhos publicados ou devidamente documentados.

Após a submissão, o candidato deverá proceder ao pagamento do emolumento de acordo com as referências indicadas no formulário de candidatura.

### 5.3. Prazos candidaturas

#### **1ª Fase:**

**Candidaturas:** de 29 de janeiro a 12 de abril de 2024

**Publicação de resultados:** até 22 de abril de 2024

#### **2ª Fase:**

**Candidaturas:** de 15 de abril a 14 de junho de 2024

**Publicação de resultados:** até 27 de junho de 2024

## 6. Matrícula e Inscrição dos candidatos admitidos

### 6.1. Prazos para matrícula e inscrição

1.<sup>a</sup> Fase: 23 a 30 de abril de 2024

2.<sup>a</sup> Fase: 28 de junho a 7 de julho de 2024

### 6.2. Documentos necessários:

No momento da inscrição será necessário a apresentação dos originais dos documentos solicitados para a candidatura e do documento de identificação (Cartão de Cidadão ou Passaporte).

Data limite para a entrega dos documentos solicitados (ponto 5.2.) e do documento de identificação (Cartão de Cidadão ou Passaporte), para os candidatos colocados: 3 de outubro de 2024.

## 7. Emolumentos e Propinas

**7.1.** O emolumento a pagar pela candidatura é de 51€ (cinquenta e um euros) não havendo lugar à sua devolução, caso o candidato seja excluído ou não seja selecionado.

**7.2.** O valor da propina anual, para os estudantes que não obtenham bolsa da FCT ou de outras instituições públicas ou privadas, é de 1.350€ (mil trezentos e cinquenta euros).

**7.3.** \* Para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho e republicado nos termos do Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto, será considerado estudante internacional quem se encontre nas condições descritas em <https://www.fcsch.unl.pt/internacional/estatuto-de-estudante-internacional/>

Para mais informações sobre propinas os candidatos devem consultar o Regulamento relativo à inscrição, pagamento de propinas, taxas e emolumentos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa disponível em [Despacho 4505 A 2019 de 30 de abril.pdf \(unl.pt\)](#)

## 8. Local:

O curso, lecionado em *e-learning*, decorrerá em ambiente virtual, na plataforma *Moodle*

## 9. Contactos:

**Coordenador/a de Curso:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria João Branco (NOVA FCSH) / Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Barros Dias (U. Aberta)

**Email:** [mjbranco@fcsch.unl.pt](mailto:mjbranco@fcsch.unl.pt) / [isabel.dias@uab.pt](mailto:isabel.dias@uab.pt)

**Secretariado:** [historia@fcsch.unl.pt](mailto:historia@fcsch.unl.pt)

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em 29 de janeiro de 2024

O Diretor, Professor Doutor Luís Baptista

**Informação complementar:** Em caso de dúvida sobre a documentação apresentada, nomeadamente quando se trate de documentos obtidos no estrangeiro, pode ser solicitado o reconhecimento pelo agente consular português local e/ou legalizados pelo sistema de Apostila nos termos da Convenção relativa à Supressão da Exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros (mais conhecida por Convenção de Haia), assinada em Haia, em de 5 de outubro de 1961, à exceção de documentos emitidos por Instituições de Ensino Superior de países da União Europeia.

Sempre que os documentos acima mencionados se encontrem numa língua estrangeira que não o espanhol, francês, inglês ou italiano, deve entregar a tradução dos mesmos. As traduções devem ser devidamente certificadas pelas autoridades competentes para o efeito.